

ENC: 21.291: Ofício Comsefaz 284.2021 - Manifesto em Defesa de uma Reforma Tributária Ampla e Justa

Marcelo de Almeida Frota

sex 27/08/2021 13:19

Para: Jacqueline de Souza Alves da Silva <JACQUES@senado.leg.br>;

📎 2 anexos

Manifesto Frente Ampla.pdf; Ofício Comsefaz 284.2021 - Manifesto RT Ampla - Rodrigo Pacheco.pdf;

De: Sen. Rodrigo Pacheco

Enviada em: quinta-feira, 26 de agosto de 2021 13:31

Para: Marcelo de Almeida Frota <MFROTA@senado.leg.br>

Assunto: ENC: 21.291: Ofício Comsefaz 284.2021 - Manifesto em Defesa de uma Reforma Tributária Ampla e Justa

De: bruna.pozzi@comsefaz.org.br [<mailto:bruna.pozzi@comsefaz.org.br>]

Enviada em: quarta-feira, 25 de agosto de 2021 20:03

Para: Sen. Rodrigo Pacheco <sen.rodrigopacheco@senado.leg.br>

Cc: 'COMSEFAZ' <COMSEFAZ@COMSEFAZ.ORG.BR>; jorginacomsefaz@gmail.com; jorgina.guimaraes@comsefaz.org.br

Assunto: 21.291: Ofício Comsefaz 284.2021 - Manifesto em Defesa de uma Reforma Tributária Ampla e Justa

A Sua Excelência o Senhor

Rodrigo Pacheco

Senador da República

Senado Federal

Excelentíssimo Senhor Senador,

Por requisição do Presidente do Comsefaz Rafael Tajra Fonteles, encaminhamos o Ofício Comsefaz 284.2021 - Manifesto em Defesa de uma Reforma Tributária Ampla e Justa, de 25 de agosto de 2021 , acompanhado pelo Manifesto em anexo.

Mantemo-nos à disposição.

Respeitosamente,



Bruna Pozzi

Analista de Informação

bruna.pozzi@comsefaz.org.br

61 3326-0284

Ofício Comsefaz n. 284/2021.

Brasília-DF, 25 de agosto de 2021.

A Sua Excelência o Senhor
Rodrigo Pacheco
Senador da República
Senado Federal
sen.rodrigopacheco@senado.leg.br

Assunto: Manifesto em Defesa de uma Reforma Tributária Ampla e Justa

Excelentíssimo Senhor Senador,

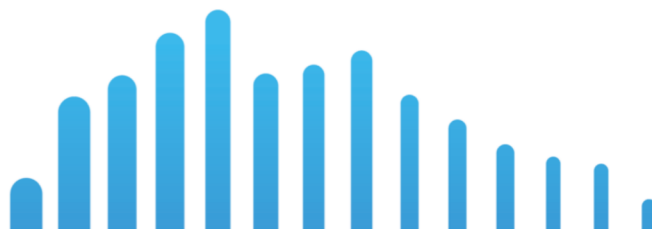
Considerando que o Senado Federal se volta à discussão sobre reforma tributária, promovendo sessões de debates no âmbito de seu Plenário com a participação de União, Estados e Municípios, bem como de especialistas e entidades da sociedade civil, compartilhamos com Vossa Excelência Manifesto em Defesa de uma Reforma Tributária Ampla e Justa.

Subscrito por **entidades de representatividade variada**, o Manifesto que ora apresentamos decorre de entendimento consolidado de diversos setores da sociedade quanto à necessidade e urgência da reforma do modelo brasileiro de tributação do consumo de bens e serviços.

Nesse contexto, colocamo-nos à disposição de Vossa Excelência para o diálogo acerca de uma ampla e justa reforma tributária.

Respeitosamente,

Rafael Tajra Fonteles
Presidente
Comsefaz





Brasília/DF, 20 de julho de 2021.

EM DEFESA DE UMA REFORMA TRIBUTÁRIA AMPLA E JUSTA

A reforma tributária foi tema de longos debates durante os anos de 2019 e 2020. Consolidou-se um entendimento entre diversos setores da sociedade, do Congresso Nacional, dos entes subnacionais, das entidades públicas e privadas e da academia quanto à necessidade e urgência da reforma do modelo brasileiro de tributação do consumo de bens e serviços.

É um debate maduro e com um nível de consenso histórico, que reafirma não apenas a urgência da reforma tributária, mas a importância de uma reforma ampla dos tributos sobre o consumo, alcançando tributos federais (PIS, Cofins e IPI), estaduais (ICMS) e municipais (ISS). Uma reforma que torne o país mais justo e favoreça os investimentos e o crescimento econômico.

As distorções dos atuais tributos sobre o consumo são muitas e bem conhecidas: enorme complexidade; cumulatividade; e distorções que levam a economia a se organizar de forma ineficiente. O resultado é uma grande redução do potencial de crescimento do país.

Só será possível reduzir a ineficiência e a complexidade do sistema atual com uma reforma que envolva todos os tributos sobre o consumo. Precisamos de um sistema que simplifique o atual modelo tributário, garanta segurança jurídica e distorça o mínimo possível as decisões empresariais e as condições de concorrência.

Defendemos uma reforma tributária ampla, que trate da tributação do consumo na sua totalidade, com as seguintes premissas: simplificação legal e operacional; base de incidência ampla de bens e serviços; homogeneidade das regras; não cumulatividade plena; incidência sobre o preço líquido de tributos; crédito financeiro e ressarcimento ágil de créditos acumulados; adoção do princípio de destino; redução da regressividade; fim da guerra fiscal; preservação do Simples Nacional; manutenção da carga tributária global; e o fortalecimento institucional da Administração Tributária, estimulando uma relação respeitosa e construtiva entre o fisco e os contribuintes e garantindo um ambiente concorrencial saudável e o efetivo combate à sonegação e à corrupção.



A incidência sobre uma base ampla é fundamental para reduzir a cumulatividade e para acompanhar a inovação tecnológica, eliminando a discussão estéril sobre a fronteira entre bens e serviços, que é cada vez menos clara. Na contramão das nações mais modernas, o Brasil é o único país economicamente relevante que ainda tributa bens e serviços de forma separada.

A adoção do princípio de destino colocará fim à Guerra Fiscal, que se tornou disfuncional como instrumento de desenvolvimento, distorceu o ambiente concorrencial, fragmentou a federação e resultou na corrosão das receitas estaduais. A superação das desigualdades socioeconômicas regionais deve ser feita através da alocação de recursos na expansão de investimentos públicos em infraestrutura, na qualificação de trabalhadores e no fomento a atividades produtivas nas regiões menos desenvolvidas.

Sendo o Brasil um dos países mais desiguais do mundo, a reforma também deve enfrentar o problema da regressividade. Uma menor diferenciação na tributação entre bens e serviços contribuirá para amenizar distorções distributivas. Além disso, para que a tributação do consumo se torne mais progressiva, defendemos a devolução parcial do imposto pago pelas famílias mais pobres, que é uma forma justa e eficiente de mitigar a regressividade.

Sabemos que os problemas da regressividade do sistema atual são mais amplos. O sistema tributário brasileiro é excessivamente baseado em tributos sobre o consumo e sobre a folha de salários e subutiliza a tributação direta sobre a renda e o patrimônio. A correção dessas distorções deve ser o foco de uma agenda mais abrangente de reforma do sistema tributário nacional.

O tema da reforma dos tributos sobre o consumo está maduro. Sabemos o que precisa ser feito e estamos convictos de que a única forma de fazê-lo é através de uma reforma ampla, que trate conjuntamente dos tributos federais, estaduais e municipais.

Admitimos a implementação em ritmos diferentes dos tributos que venham a ser criados, tendo como objetivo chegarmos, no futuro, a uma unificação completa. É insuficiente uma mudança focada apenas nos tributos federais – que não apenas será um desperdício do consenso político construído nos últimos anos, como pode até mesmo dificultar uma reforma mais ampla no futuro.

Uma reforma nos moldes propostos resultará num sistema mais justo, solidário, transparente e eficiente. Mais justo, porque favorecerá sobretudo os mais pobres. Mais transparente, porque os consumidores saberão qual o valor do imposto incidente em suas



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA



LUIZ CARLOS HAULY

Idealizador do DESTRAVA BRASIL

RENATA MENDES

Líder do Movimento PRA SER JUSTO

TADEU BARROS

Diretor do Centro de Liderança Pública e
coordenador do Movimento Unidos Pelo Brasil



SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

DESPACHO 57/2021

Juntem-se à página oficial da tramitação das proposições legislativas as cópias eletrônicas de manifestações externas, conforme listagem a seguir exposta:

1. PL nº 5189 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.008107/2021-19
2. VET nº 57 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.024115/2021-02
3. PL nº 1451 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.024751/2021-26
4. PL nº 591 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.028043/2021-64
5. PL nº 591 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.029582/2021-11
6. MPV nº 910 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.008080/2021-56
7. PLC nº 80 de 2018. Documento SIGAD nº 00100.008081/2021-09
8. PL nº 3914 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.089173/2021-73
9. PLC nº 151 de 2015. Documento SIGAD nº 00100.096925/2021-52
10. PLS nº 214 de 2016. Documento SIGAD nº 00100.095877/2021-85
11. PLC nº 151 de 2015. Documento SIGAD nº 00100.096921/2021-74
12. PL nº 4673 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.095034/2021-89
13. PL nº 2337 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.095930/2021-48
14. PL nº 591 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.095274/2021-83
15. MPV nº 1045 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.093067/2021-94
16. PL nº 3598 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.093032/2021-55
17. PL nº 2564 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.095284/2021-19
18. VET nº 41 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.095332/2021-79
19. PL nº 591 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.093023/2021-64
20. PL nº 2022 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.092187/2021-74
21. PL nº 1731 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.093091/2021-23
22. PL nº 3204 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.093091/2021-23
23. PL nº 2022 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.093105/2021-17
24. PL nº 2022 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.094705/2021-94
25. PL nº 2564 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.095287/2021-52



26. PL nº 2751 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.093695/2021-70
27. PL nº 2022 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.093100/2021-86
28. PL nº 1731 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.093095/2021-10
29. MPV nº 1045 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.095270/2021-03
30. MPV nº 1045 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.093037/2021-88
31. PL nº 227 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.090624/2021-15
32. PLC nº 80 de 2018. Documento SIGAD nº 00100.092974/2021-16
33. PL nº 2564 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.094696/2021-31
34. PL nº 591 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.092981/2021-18
35. PEC nº 13 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.090870/2021-77
36. PL nº 151 de 2015. Documento SIGAD nº 00100.092926/2021-28
37. PL nº 2022 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.095289/2021-41
38. PLP nº 112 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.093049/2021-11
39. PL nº 591 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.093078/2021-74
40. PL nº 591 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.093052/2021-26
41. PL nº 591 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.093883/2021-06
42. PL nº 2022 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.095290/2021-76
43. PEC nº 95 de 2015. Documento SIGAD nº 00100.092977/2021-50
44. MPV nº 1050 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.093890/2021-08
45. MPV nº 1045 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.089142/2021-12
46. PEC nº 110 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.089344/2021-64
47. PLN nº 3 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.088017/2021-95
48. MPV nº 1045 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.087181/2021-85
49. PLN nº 3 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.085682/2021-27
50. MPV nº 1045 de 2021. Documento SIGAD nº 00100.085677/2021-14
51. PL nº 1521 de 2019. Documento SIGAD nº 00100.087135/2021-86
52. PL nº 2564 de 2020. Documento SIGAD nº 00100.097897/2021-91

Secretaria-Geral da Mesa, 22 de setembro de 2021.

(assinado digitalmente)
JOSÉ ROBERTO LEITE DE MATOS
Secretário-Geral da Mesa Adjunto

